

## **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO CAMPO: FRAGILIDADES E POSSIBILIDADES NAS ESCOLAS DO CAMPO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA – SP**

Autor do projeto<sup>1</sup>: Marcelo Krenak Alves do Nascimento  
Orientador<sup>2</sup>: Prof. Dr. Klaus Schlünzen Junior

### **1 INTRODUÇÃO**

A ideia desta pesquisa surgiu a partir da minha vivência como Assentado, trabalhador no campo, minha atuação como professor, coordenador pedagógico e gestor escolar. Também é o resultado de reflexões realizadas ao longo da minha trajetória como estudante e profissional da educação de escolas públicas localizadas em Assentamentos de Reforma Agrária, onde percebe-se que, a educação de estudantes com deficiência, se faz necessária ser analisada, sendo que esta não se restringe somente ao cuidado e integração, mas precisa proporcionar uma formação pedagógica que contribua para a inclusão e a aprendizagem.

Assim, é urgente a necessidade de discutir a escola do campo, a importância do atendimento educacional especializado nas Salas de Recursos, nesses territórios e a prática dos profissionais que atuam neste seguimento de ensino.

A Lei nº 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), no artigo 55, prevê que "os pais ou responsáveis tem a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino". Ainda, considerando a Lei nº 9394/96, é assegurado a todos os discentes o acesso e a permanência na escola, preferencialmente na rede pública de ensino. Com a Declaração Mundial de Educação para Todos, de 1990 e a Declaração de Salamanca, de 1994, a discussão acerca da Educação Especial e práticas inclusivas vem ganhando, cada vez mais, espaço no âmbito educacional.

Desta maneira, a inclusão é entendida como um princípio que "reconhece e aceita a diversidade, na vida em sociedade" (ARANHA, 2000, p. 2). Assim, a Educação Especial se configura como uma prática inclusiva pautada na realidade cotidiana da sala de aula, que se

<sup>1</sup>Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

<sup>2</sup>Docente do Departamento de Estatística e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Grupo de Pesquisa "Ambientes Potencializadores para a Inclusão" e "Núcleo de Educação e Colaboração".

concretiza como um processo de ensino e aprendizagem dialógico, utilizando-se para isto a aprendizagem mediada. Para tanto, promover a formação continuada dos profissionais de Educação, bem como adequar o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, a fim de atender a diversidade é essencial e imprescindível.

Assim, a Educação Especial é vista "como uma educação especializada para todos os alunos e não apenas para alguns" (MANTOAN, 1997, p. 120), de maneira integrada a educação regular como um conjunto de medidas que é posto à disposição, para atender a heterogeneidade, com adequação progressiva do currículo da sala de aula (MAJON; GIL; GARRIDO, 1997).

Portanto, a Educação Especial se justifica pela necessidade de inclusão dos educandos que dela necessitam, garantindo-lhes práticas pedagógicas inclusivas que assegurem sua participação efetiva no processo ensino e aprendizagem e o avanço em suas aprendizagens dos conteúdos curriculares, no desenvolvimento das habilidades, com as devidas adaptações.

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, é pioneira na implantação de políticas de atendimento a estudantes com deficiências, isso no âmbito das escolas públicas, incluindo as escolas inseridas no campo, em projetos de Assentamentos e Comunidades Quilombolas. De acordo com o Documento Orientador, CGEB (Coordenadoria de Gestão da Educação Básica), o Estado de São Paulo conta com 44 escolas, em Assentamentos de Reforma Agrária.

Ceroli e Caldart (2009), dialogando sobre a população campestre, nos apresenta o perfil peculiar deste povo:

(...) os povos do campo têm uma raiz cultural própria, um jeito de viver e de trabalhar, distinta do mundo urbano, e que inclui diferentes maneiras de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente, bem como de viver e de organizar a família, a comunidade, o trabalho e a educação. Nos processos que produzem sua existência vão também se produzindo como seres. (CERIOLI; CALDART, 2009).

Diante dessas considerações, torna-se necessário a construção de um percurso de pesquisa com a finalidade de identificar as fragilidades hoje encontradas neste seguimento de educação e elencar a partir daí as possibilidades relacionadas ao avanço intelectual, por meio do trabalho realizado na sala de recursos localizadas nas escolas no campo, onde notadamente se percebe uma maior falta de recursos didáticos e tecnológicos, e também relacionada a formação do profissional que atende estes estudantes.

Neste sentido, levanta-se o questionamento sobre como vem ocorrendo o atendimento a estudantes com deficiência, mais precisamente, sobre os que são público-alvo da sala de

recursos multifuncional, bem como sobre a formação dos profissionais da educação que trabalham com esses discentes e quais são as implicações da formação inicial e continuada desses profissionais com relação ao atendimento eficaz e eficiente dessa demanda de Educação Especial.

Para isso será realizada, na Escola Estadual Assentamento Santa Clara e Escola Estadual Assentamento Fazenda São Bento, escolas localizadas no Município de Mirante do Paranapanema, interior do estado de São Paulo, uma sondagem de campo, e a partir desta, buscar evidenciar como se dá o Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncional, nestas escolas e identificar seus limites e principalmente as possibilidades.

A elaboração deste trabalho, partirá de análises bibliográficas relacionadas ao tema e a aplicação de questionários para os professores envolvidos diretamente com os estudantes público-alvo das salas de recursos multifuncional, com a finalidade de obter um diagnóstico sobre a importância desse trabalho na escola, contribuição de cada sujeito, como é organizado as adaptações curriculares para cada estudante, como se dá o processo de matrícula na sala de recursos, quais as dificuldades encontradas e os avanços já alcançados a partir do início da oferta desse atendimento na Escola Estadual Assentamento Santa Clara e Escola Estadual Assentamento Fazenda São Bento.

Um grande marco na luta por direitos das pessoas com deficiência, é a Declaração de Salamanca, aprovada na Conferência Mundial de Educação Especial de 1994. Este é um dos documentos considerados mais importantes na construção de políticas públicas voltadas a pessoas com deficiência, a partir deste momento histórico, estas pessoas conquistaram, direitos que deram início a uma jornada de esperança, rumo a tão sonhada “inclusão”, tornando-se sujeitos integrantes da sociedade.

A Declaração de Salamanca (1994), defende que

...todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar seus desejos em relação a educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor capacite às necessidades circunstanciais e as aspirações de seus filhos. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 6).

Entretanto, muito do que está estabelecido, não foi colocado em prática, devido as barreiras encontradas, tais como a problemática da formação dos professores para atuarem neste seguimento de ensino, até mesmo o comprometimento da família e falta de recursos didáticos e tecnológicos, para o desenvolvimento de atividades específicas com a finalidade de ampliar o conhecimento de mundo dos estudantes.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada nesta pesquisa será a abordagem qualitativa, que parte do princípio de que para compreender o universo das relações humanas o pesquisador necessita estar envolvido na pesquisa para compreender os fatos e situações, não havendo isenção nem neutralidade. Desse modo, adotaremos aos procedimentos metodológicos as seguintes etapas: levantamento bibliográfico em documentos legais e artigos que tratam do tema em questão, e aplicação de questionários para os professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais, inseridas no campo no contexto de Assentamentos de Reforma Agrária.

O tratamento dos dados, das análises bibliográficas e dos questionários aplicados, se dará da seguinte forma: seleção e organização dos documentos bibliográficos; exploração do material; classificação dos dados; tratamento e interpretações dos dados; síntese e seleção de resultados e por fim, será elaborado e apresentado o texto e as considerações, discutindo sobre os achados e conclusões a que chegarmos sobre a pesquisa.

Julgamos adequados esse conjunto de procedimentos metodológicos para alcançarmos nossos objetivos de refletir sobre a formação dos professores e as fragilidades e potencialidades no desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes na Escola Estadual Assentamento Santa Clara e Escola Assentamento Estadual Fazenda São Bento.

**Palavras-chave:** Sala de Recursos Multifuncional; Formação de Professores; Educação no Campo; Atendimento Educacional Especializado.

### REFERÊNCIAS

Aranha, M. S. F. Inclusão Social e Municipalização. In: Manzini, E. (Org.) **Educação Especial: temas atuais**. Marília: UNESP-Marília, 2000.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei. nº 8.069 / 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/1996.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília, DF: Corde 1997.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. **Primeira Conferência Nacional “Por uma educação básica do campo” texto Preparatório** In: ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART,

Roseli Salette. MOLINA, Mônica Castagna (organizadores). **Por uma Educação do Campo**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MANTOAN, M. T. E. **A Integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.